

8. Contas a receber

O saldo de contas a receber está apresentado pelo valor original deduzido das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa – PECLD.

a) Composição do Contas a Receber

	31/12/2021	31/12/2020
Comerciais, Exploração de Serviços e Cursos e Treinamentos	392.860	430.839
Embarques e Conexão	73.093	22.283
Amarragem e Capatazia	2.709	2.712
Pouso, Permanência e Navegação Aérea	904.319	348.730
Outros	369.211	335.377
(-) Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	(659.689)	(654.860)
Total	1.051.563	489.081
Circulante	357.505	182.045
Não Circulante	694.058	307.036
Total	1.051.563	489.081

Em 29 de dezembro de 2021, foi assinado Termo de Conciliação nº. 006/2021/CCAF/CGU/AGU-CDC, entre a Infraero e o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), estabelecendo remuneração complementar de R\$ 507.561, pelos serviços de navegação aérea, executados por intermédio das Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA), relativas ao período janeiro de 2017 a junho de 2021, a serem pagas em cinco parcelas anuais no período de 2021 a 2025.

9. Impostos, taxas e contribuições

a) Tributos a recuperar

O saldo de Impostos a Recuperar no montante de R\$ 13.399, compreende créditos tributários de curto prazo recuperáveis, provenientes de retenções na fonte, créditos de PIS e COFINS e apuração de saldos negativos de IRPJ e CSLL.

	31/12/2021	31/12/2020
PIS e COFINS	6.334	13.565
INSS	10.245	10.269
Imposto a recuperar (retido) - Lei 9.430/96	652	3.879
IRRF e IRPJ/CSLL	6.210	66.440
ISS	131	131
(-) Perda estimada crédito tributário	(10.173)	(10.173)
Total	13.399	84.111

b) Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD

O valor da PECLD está classificado em 6 (seis) classes distintas, com base no vencimento dos títulos na data de 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrado:

	31/12/2021	31/12/2020
A Vencer	21.896	38.181
Vencidos até 30 dias	28.825	35.679
Vencidos até 90 dias	40.794	42.852
Vencidos até 120 dias	18.504	23.841
Vencidos até 180 dias	26.378	37.790
Vencidos há mais de 180 dias	554.292	472.517
Total	690.689	650.860

c) Movimentação na Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Infraero reconhece a Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos classificados no grupo Contas a Receber, incluindo as dívidas vencidas em processo de negociação e em cobranças judiciais. O montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A provisão foi calculada observando-se os aspectos fiscais da Lei n.º 9.430/96, o histórico de inadimplência dos clientes

Os tributos a recuperar PIS/COFINS decorrem de Pedidos de Restituições em análise pela Receita Federal do Brasil – RFB oriundos de retenções na fonte, e os saldos negativos de IRPJ e CSLL também dependem de homologação da RFB para realização das compensações com débitos vincendos.

Os créditos tributários reconhecidos como Imposto a Recuperar (retido), Lei n.º 9.430/96, referem-se às retenções na fonte realizadas pelos clientes da Infraero, nos termos do art. 64 da referida lei regulamentada pela IN RFB, n.º 1.234, de 11/1/2012.

b) Tributos a recolher

	31/12/2021	31/12/2020
PIS e COFINS	18.342	8.358
INSS s/ terceiros	3.228	3.922
Impostos a recolher (retenção) - Lei 9.430/96	10.251	11.985
ISS a recolher	3.478	3.614
Outros	443	37
Total	35.742	27.916

e a sua relevância. No cálculo da provisão são considerados todos os valores de receitas próprias que estejam em débito no período de apuração, e as empresas que apresentarem débitos no período de apuração, são incluídos na provisão todos os valores faturados até a medição, incluídos boletos vincendos. O incremento da provisão ocorreu pelo aumento da inadimplência em razão da suspensão das atividades pela COVID-19.

Em 31 de dezembro de 2021 a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 690.689.

PECLD - Circulante	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	(627.670)	(452.302)
Adições	(1.509.521)	(510.033)
Transferência	(11.298)	(53.288)
Reversões	1.491.523	387.953
Saldo no fim do período	(656.966)	(627.670)
PECLD - Não circulante	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	(23.190)	(72.040)
Adições	(267.532)	(138.020)
Transferência	11.298	53.288
Reversões	245.701	133.582
Saldo no fim do período	(33.723)	(23.190)
Total	(690.689)	(650.860)

c) Imunidade recíproca – ISS e IPTU

A Infraero não recolhe aos municípios, onde administra aeroportos, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS por prestar serviço público federal em nome da União, nem recolhe o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, pertinente aos sítios aeroportuários, porquanto se constituem propriedades da União Federal. Com efeito, o Supremo Tribunal Federal (STF), em mais de uma oportunidade, com respaldo na alínea “a”, do inciso VI, do art. 150, da Constituição da República, reconhece à Infraero como, de ordinário, às demais empresas públicas, a aplicação do princípio da imunidade recíproca.

Em razão disso, a Empresa decidiu por não realizar provisão de possíveis perdas em ações de execução fiscal envolvendo as matérias supramencionadas. O recolhimento de ISS no qual a Infraero apresenta valores é decorrente de retenções de Prestadores de Serviços em atendimento do art. 6º da Lei Complementar n.º 116/03.

A Infraero só reconhece a provisão mediante avaliação da probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Em razão disso, a Infraero decidiu por não realizar provisão contábil passiva relativas às ações de execução fiscal do Imposto sobre Serviços – ISS.

10. Investimentos

a) Composição

	31/12/2021	31/12/2020
Participação em fundos	1.331	1.250
Obras de arte	873	873
SPE	6.073.530	6.014.730
Equivalência patrimonial	(6.073.530)	(5.520.421)
Total	2.204	496.432

As participações em fundos, R\$ 1.331, que possuem mercado ativo e são negociadas em bolsa de valores, foram atualizadas ao valor de mercado e reconhecidas a valor justo. O total da participação da Infraero nas SPE, considerando a equivalência patrimonial, está até o limite do saldo de investimento em cada SPE, na forma da Lei n.º 6.404/76.

b) Investimentos mensurados a valor justo

	31/12/2021	31/12/2020
Telefônica Brasil S.A. - ON (MVT3)	70	68
Cotas FINAM (FNAM11)	1.099	1.099
Cotas FINOR (FNOR11)	160	81
Outros	2	2
Total	1.331	1.250

c) Investimentos em coligadas

	Total Investimento	Resultado da Equivalência Patrimonial	Saldo do Investimento
Em 31 de dezembro de 2021			
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A	1.286.033	(1.286.033)	-
Inamerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A	766.850	(766.850)	-
Aeroportos Brasil - Vncopos S.A	777.385	(777.385)	-
Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A	2.798.861	(2.798.861)	-
Concessionária Aerobrasil - Confins	444.401	(444.401)	-
Total	6.073.530	(6.073.530)	-

O quadro a seguir apresenta a movimentação da participação da Infraero (49% do Capital Social) nas Sociedades de Propósitos Específicos – SPE de Brasília, Rio de Janeiro e Confins.

	Inamerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A	Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A	Concessionária Aerobrasil - Confins	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	-	1.300.833	147.568	1.448.401
Aporte de capital	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	(890.312)	(63.780)	(954.092)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	410.521	83.788	494.309
Aporte de capital	58.800	-	-	58.800
Resultado de equivalência patrimonial	(58.800)	(410.521)	(83.788)	(553.109)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-

11. Imobilizado e intangível

a) Composição imobilizado

	31/12/2021	31/12/2020
Custo histórico	854.763	1.061.537
Depreciação	(610.788)	(692.469)
Redução ao valor recuperável	(97.700)	(152.984)
Total	146.275	216.084

b) Movimentação imobilizado

	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixa	Transf.	Saldo em 31/12/2021
Custo						
Edificações e Benfeitorias		45.930	-	(1.022)	-	44.908
Imobilização em Andamento		78.182	82	(25.216)	(33.790)	19.258
Instalações, Máquinas e Equip.		493.158	3.044	(145.579)	30.314	380.940
Móveis e Utensílios		101.821	868	(19.109)	(192)	87.378
Terenos		39.870	-	(3)	-	39.867
Veículos		300.834	132	(22.477)	(990)	277.899
Outros		754	3.102	(1.037)	-	2.819
Redução ao Valor Recuperável		(152.984)	-	89.284	-	(63.700)
Bens em Condição		1.725	-	(292)	968	2.391
Total		968.553	7.228	(153.448)	(3.279)	757.063
Depreciação acumulada						
Edificações e Benfeitorias	4% e 10% a.a.	(8.114)	(1.050)	151	-	(7.013)
Instalações, Máquinas e Equip.	10% e 5% a.a.	(380.838)	(23.315)	90.996	2.655	(390.600)
Móveis e Utensílios	10% a.a.	(77.120)	(8.339)	11.753	139	(71.564)
Veículos	25% a.a.	(247.874)	(22.810)	19.894	977	(260.913)
Outros		(59)	(104)	-	-	(163)
Bens em Condição		(454)	(355)	-	-	(819)
Total		(692.469)	(44.286)	122.796	3.271	(616.784)
Imobilizado líquido		216.084	(37.158)	(32.652)	1	146.275

c) Composição intangível

	31/12/2021	31/12/2020
Custo histórico	107.393	153.972
Amortizações	(70.511)	(108.018)
Redução ao valor recuperável	(7.875)	(9.515)
Total	29.007	36.439

d) Movimentação intangível

	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixa	Transf.	Saldo em 31/12/2021
Custo						
Licença de uso de software		145.932	578	(47.104)	-	99.406
Marcas, direitos e patentes		16	-	(3)	-	13
Software em desenvolvimento		8.204	-	(20)	-	7.974
Redução ao valor recuperável		(9.515)	-	1.940	-	(7.575)
Total		144.637	578	(45.571)	-	99.518
Amortizações acumuladas						
Licença de uso de software	20% a.a.	(108.003)	(2.200)	39.705	-	(70.498)
Marcas, direitos e patentes	20% a.a.	(15)	-	2	-	(13)
Software em desenvolvimento		-	-	-	-	-
Total		(108.018)	(2.200)	39.707	-	(70.511)
Intangível líquido		36.439	(1.622)	(5.811)	-	29.007

e) Teste de recuperabilidade

As projeções de receitas e despesas utilizadas na elaboração do fluxo de caixa que compõem o teste de recuperabilidade são as mesmas adotadas no Orçamento e no Planejamento Empresarial aprovado pela Alta Administração para o ano de 2022, as quais foram condicionadas por fatores inerentes à continuidade da pandemia de COVID-19, a qual, apesar dos esforços de vacinação em massa, ainda influencia de forma negativa o movimento dos aeroportos da rede Infraero, pressionando os resultados para patamares inferiores a 2019.

Outro elemento preponderante e com expressiva influência sobre os resultados é a orientação do Governo Federal, que vem atuando fortemente no sentido de concluir a concessão de aeroportos da rede o mais breve possível.

Para o ano de 2022, tanto as receitas como as despesas operacionais esperadas serão próximas a prognose do movimento operacional realizada em 2021 e o valor das tarifas e receitas operacionais atualizadas, pelo critério de reajuste usual (PIB, IPCA e Reajuste Tarifário), em conformidade com os limites autorizados pelo órgão regulador (ANAC). Salientamos, que para o ano de 2022 os critérios de projeção foram os usualmente adotados historicamente, inclusive dispêndio com pessoal.

Para composição do estudo, ora em evidência, foram adotadas as seguintes evidências econômicas externas:

(a) PIB estimado negativo para 2022 de -0,44%;

(b) Inflação para 2022 de 10,56%, cabe destacar que esta inflação é formada em sua maioria pela alta dos preços dos combustíveis, o que ocasiona o aumento do custo da viagem pelo modal aéreo e, consequentemente, reduz a demanda por serviços aeroportuários;

(c) Manutenção da fraca demanda de passageiros e aeronaves, em função da pandemia de Covid-19 que tem se prolongado, a despeito do aumento da taxa de

imunização da população;

(d) Manutenção do dólar (*)¹ na casa dos R\$ 5,45, o que desestimula viagens ao exterior;

(e) Venda de 22 aeroportos da rede Infraero na última rodada de concessões; e

(f) Continuidade do programa de concessões de aeroportos, com previsão de venda completa de todos os ativos da Infraero durante o biênio 2023/2025, o que limitou o prazo de composição dos fluxos de caixa estimados a apenas 12 (doze) meses.

Para apuração do Valor Presente foram adotados os seguintes elementos:

(a) Fluxo de caixa elaborado com base nos valores de receitas e despesas constante do orçamento da Infraero aprovado para o ano de 2022, decorrente do uso de ativos agrupados por Unidade Geradora de Caixa (UCG), em detrimento a ativos individualizados. No caso da Infraero, se entende como UGC os aeroportos cuja administração lhe foi delegada pela União Federal;

(b) Prazo para projeção de receitas de 12 (doze) meses;

(c) Taxa de desconto que equivale ao Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) ou WACC, em inglês, de 10,56%, o qual refere-se a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), dado que 100% do retorno da Infraero tende a ser utilizado para pagamento da remuneração do sócio principal, ou seja, a União Federal.

(d) Não foi adotada perpetuidade, dado prazo limitador de 12 (doze) meses adotado para composição do fluxo de caixa.

f) Reconhecimento da Depreciação/Amortização no Resultado

Os valores de depreciação e amortização reconhecidos no resultado em 31 de dezembro de 2021 totalizam R\$ 45.069, sendo R\$ 42.868 referentes a depreciação e R\$ 2.201 amortização (R\$ 60.211 em 31 de dezembro de 2020, sendo R\$ 54.080 depreciação e R\$ 46.131 amortização).

12. Outros Ativos

Ativos	31/12/2021	31/12/2020
Empregados cedidos (i)	23.482	47.753
PAMI coparticipações a receber	7.482	14.476
Outros ativos	1.157	2.255
Total	32.121	64.484

(i) São valores a receber relativo ao custo dos empregados cedidos à órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.

13. Empréstimo Bancário

Em outubro/2020, foi realizada a contratação do Banco Santander (Brasil) S.A., para o fornecimento de empréstimo financeiro, com Linha de Crédito específica para Capital de Giro de Curto Prazo, em operação de 12 meses com 7 meses de carência, no valor de R\$ 54.400, acrescido do custo financeiro decorrente (CDI + 3,5% a.a.). Os pagamentos foram realizados de acordo com as parcelas previstas no contrato.

14. Provisão para demandas judiciais

A Infraero é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos administrativos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de seus processos judiciais e administrativos conduzido pelo departamento jurídico próprio e por advogados internos.

A Empresa avalia suas contingências, tendo por base a expectativa de perda, segundo o grau de risco de cada ação judicial. A classificação de risco e os valores estimados, são elaborados com base em análise da Superintendência Jurídica e melhor julgamento da Administração, de acordo com os seguintes níveis de risco:

Provável – Quando há risco alto de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é superior à chance de não ocorrência, cuja probabilidade de perda (taxa de risco) esteja classificada de acordo com o manual de classificação e avaliação de risco de ações judiciais da Infraero, como risco alto ou praticamente certo.

Possível – Quando há risco intermediário de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é menor que no nível provável e maior que no nível remoto; a qual a administração classifica como risco médio.

Remoto – Quando há risco baixo de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é pequena. Em conformidade com o CPC 25, as contingências classific